

FMI quer novo pacote econômico

Desmentido de Galvães não convence

O Ministro da Fazenda, Sr. Ernane Galvães, afirmou sexta-feira, no Sul, que o pacote nada tem a ver com o FMI. Isto é verdade. Ou pelo menos, meia-verdade. Nossa economia não pode continuar a funcionar com os complicadores que poderiam ser tolerados na "época da abundância". Entretanto, ninguém pode negar que tenha sido o "puxão de orelha" recebido do FMI que tenha levado nossas autoridades financeiras a se apressarem a "corrigir" as distorções de nossa vida econômico-financeira.

Dizem que "o pacote", desta vez, será drástico. E que as medidas serão adotadas sem levar em consideração os prejuízos que possam ter os grupos privilegiados. Elas visam diminuir o déficit público, que esteve na origem da recusa do FMI de avançar a parcela - a segunda - de US\$ 411 milhões do empréstimo que nos concedeu. Com esta recusa, ficamos também sem os US\$ 635 milhões do Jumbo obtido dos bancos internacionais, e portanto sem possibilidades de pagarmos nossa conta junto ao BIS (Banco para Compensações Internacionais). Este, é claro, muito gentilmente, adiou nosso prazo de pagamento por um mês, exatamente o mesmo com o qual nos castigou o FMI. Neste prazo, portanto, nossas autoridades devem voltar ao bom caminho, isto é, reduzir nosso déficit interno ou...

Qual foi o deslize de comportamento do Brasil? Qual das promessas, feitas por nossas autoridades, não foi cumprida? Segundo confissão de Langoni, teríamos superado em 15% os limites de déficit público a que teríamos nos engajado respeitar.

O pacote, entretanto, não corre só disto. Ele pretende evitar as distorções que foram se colando à nossa realidade econômica ao longo dos anos.

A primeira medida, a mais drástica, seria a da supressão gradual dos subsídios à agricultura, aos derivados do petróleo e às empresas estatais. Haveria ainda medidas moralizantes que tenderiam a disciplinar às empresas estatais impedindo-as de pagar aos seus altos funcionários mais que 13 salários anuais (aprende-se na ocasião que chegam a receber até 17 salários) e de se distribuírem lucros das empresas que dirigem quando estes são inexistentes.

A maioria das medidas previstas, ou melhor, avançadas sem confirmação, parecem razoáveis, mas dentro de um contexto que podem transformá-las em danosas se não forem adotadas medidas substitutivas. Basta lembrarmos que elas estão para serem adotadas num momento em que a economia nacional passou por dois anos de retração real.

Em 1981, a renda per capita caiu de 4,1%. No ano passado, de 1,1%, o que totaliza uma queda de 5,3% em dois anos. Neste quadro, com um setor agrícola em retração, o setor industrial com o mesmo comportamento, e o de serviços mal se aguentando, toda medida de "austeridade" tem de ser tomada com cautela.

Segundo técnicos da FGV (Fundação Getúlio Vargas), o setor agrícola só absorve 15% dos subsídios fornecidos pelo Governo. Eles os consideram como, em sua atual forma, ultrapassados. Afirmam que o papel,

que puderam ter, de estimular novos insumos, de estimular nova tecnologia, está ultrapassado. Acreditam mesmo que em sua atual forma, atingindo apenas alguns produtos e sendo acessíveis apenas a certo tipo de produtores, é discriminatório. Alegam, entretanto, que com a atual distribuição de rendas no Brasil, sua supressão pura e simples, pode acarretar uma carência alimentar para as populações menos favorecidas e uma queda de consumo que viria a afetar a própria produção. Os que se dedicam à análise de nossa agricultura afirmam que, afinal, não existe no mundo nenhuma agricultura que não seja subvencionada de uma forma ou de outra. Os próprios EUA subvencionam os produtos de consumo geral para que sejam acessíveis às camadas menos favorecidas.

A Sest, da Seplan, estimou que o Estado deveria desembolsar 3,3 trilhões de cruzeiros para cobrir o déficit das estatais. O professor Munhoz contesta estes dados. Em primeiro lugar, ele mostra a elasticidade do conceito de empresa estatal. Depois, mostra que o que é considerado déficit é muitas vezes investimento.

A Sest (Secretaria de Controle das Empresas Estatais) tem arrolada 496 empresas estatais das quais contabiliza 396 - que representam 99% dos gastos estatais com este tipo de empresa.

Ele mostra que elas superam, em suas receitas operacionais os gastos correntes de cerca de 1,5 trilhão de cruzeiros. Somadas às receitas operacionais mais outros recursos próprios, o saldo é superior a 5 trilhões.

Acontece, porém, que das 396 empresas cadastradas, apenas 30 são realmente empresas. As demais são órgãos do Governo, quer da administração quer de pesquisas como o CNPQ (Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas). Salienta que, entre as empresas propriamente ditas, estão várias (como Itaipu) que não estão em fase operacional não têm ainda receitas e assimilam investimentos. O analista conclui que o corte aos "subsídios" às empresas estatais traria mais problemas que soluções.

Existem ainda os subsídios à exportações. Eles são quase tão importantes como os atribuídos às empresas estatais.

Tendo em vista que as exportações do País se mantêm quase estáveis, tendo aumentado em volume, mas quase nada em valor, e que os saldos na balança comercial até agora obtidos o têm sido através da restrição às importações e que esta restrição atinge seguramente nosso sistema produtivo, novas medidas que as afetem podem ter um caráter multiplicador da recessão. Antes de adotá-las, seria conveniente uma ampla consulta entre os órgãos governamentais e às organizações classistas, com a elaboração em conjunto das medidas adequadas à sustentação da produção ou do consumo quando elas se fizessem necessárias.

Caso as medidas adequadas não forem adotadas, o que veremos é o Governo a tomar às pressas outras medidas corretivas dos efeitos nefastos do pacotão e estaremos dentro de um ano na mesma situação em que estamos hoje. (R.L.C.)